



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA DE BASE AGROECOLÓGICA: PRÁTICAS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Audrey Ferreira Rosa
Doutoranda em Geografia – Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)
Presidente Prudente
audrey.rosa@unesp.br

INTRODUÇÃO

A alimentação, enquanto prática social e necessidade vital, ocupa um lugar central na vida humana, sendo atravessada por relações econômicas, políticas, culturais e ambientais. Na atualidade, o debate sobre o alimento ultrapassa as questões nutricionais e passa a considerar aspectos relacionados à sua produção, distribuição, consumo e, principalmente, à sua condição de mercadoria.

A fome e a insegurança alimentar permanecem como desafios persistentes no Brasil e no mundo, atingindo, de forma desigual, diferentes parcelas da população. Nesse cenário, os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar assumem importância estratégica, ao propor a garantia do direito humano à alimentação adequada e a autonomia dos povos sobre seus sistemas alimentares. Conforme apontam Maluf e Reis (2013), tais conceitos se distinguem, mas se complementam na defesa de modelos de produção e consumo mais justos e sustentáveis.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as discussões realizadas durante a disciplina Tópicos Especiais: Geografia da Alimentação e Agriculturas, articulando-as com os pressupostos da agroecologia e com a temática da alimentação enquanto mercadoria. Fundamentado em autores como Sorre (2018), Poulain (2004, 2013), Wilkinson (2023), entre outros, o estudo propõe-se a analisar as contradições e alternativas existentes no atual sistema alimentar, destacando as potencialidades das agriculturas urbanas e periurbanas agroecológicas nas cidades contemporâneas.

Num primeiro momento faz-se necessário compreender a agricultura urbana como um conceito, que segundo Mougeot (2000) ainda está em construção, sendo a localização o principal elemento desse conceito. A agricultura urbana e periurbana (AUP) desenvolvida nas áreas urbanas e periurbanas tem um grande potencial de produção de alimentos e já ganhou seu



espaço, como é o caso do município de Presidente Prudente e em diversas cidades do Brasil e do Mundo (Rosa, 2020).

A compreensão da AUP exige reconhecer que sua emergência está vinculada às transformações socioespaciais das cidades contemporâneas, especialmente diante do avanço da urbanização e da distância entre locais de produção e de consumo de alimentos. Nesse sentido, a agricultura urbana aparece como uma forma de reaproximar estes dois elementos, trazendo para o espaço urbano práticas historicamente associadas ao meio rural e criando novas possibilidades de produção de alimentos.

As hortas urbanas tem desempenhado um papel significativo na produção de alimentos, promoção da biodiversidade, na melhoria da qualidade ambiental e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Em muitas cidades brasileiras, esses espaços se tornam locais de convivência, de troca de saberes e de construção de novas formas de sociabilidade, contribuindo para a formação de redes solidárias que resistem à lógica capitalista.

Neste sentido a AUP de base agroecologia, propõe algo ainda mais inovador, que é a aproximação entre o alimento e o consumidor com a preocupação ambiental e a produção de alimentos saudáveis. Embora reconhecida por seu potencial socioambiental e por promover a segurança alimentar, enfrenta desafios estruturais, políticos e simbólicos no espaço urbano. Cabe ressaltar o que diferencia a AUP tradicional, da orgânica e da agroecológica, embora de forma sucinta.

A AUP tradicional caracteriza-se, em geral, por práticas produtivas voltadas para o autoconsumo ou a venda em mercados locais, com uso limitado de insumos, mas sem necessariamente romper com os padrões convencionais de cultivo, podendo, inclusive, adotar agrotóxicos e técnicas convencionais (Aquino; Assis, 2007; Rosa, 2020).

Já a agricultura orgânica diferencia-se por excluir o uso de insumos químicos sintéticos e priorizar técnicas que respeitam os ciclos naturais e a saúde do solo e das plantas. No entanto, a agricultura orgânica pode, em certos contextos, manter a lógica mercantil e produtivista, voltada para nichos de mercado e consumidores específicos, sem necessariamente questionar as relações de poder e desigualdade socioespacial associadas ao sistema alimentar.

De acordo com Aquino e Assis (2007) essa interpretação do que seja a agricultura orgânica, favorece um sistema de produção que se limita a evitar o uso de agroquímicos para atender a uma demanda do mercado, e, portanto, continua sendo um modo de produção que atende as demandas da lógica capitalista.



Por sua vez, a agroecologia se apresenta como uma proposta mais ampla, articulando dimensões ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Para Costa e Almeida (2012) a agroecologia vai além da técnica agrícola, assumindo-se como um movimento político e ético, que defende a democratização do acesso à terra, a valorização dos saberes locais e a construção de circuitos curtos de produção e consumo, contribuindo para a segurança e a soberania alimentar. Assim, a AUP de base agroecológica não apenas promove práticas ambientalmente sustentáveis, mas também questiona as estruturas desiguais de acesso ao alimento e ao território urbano.

Contudo, conforme Aquino e Assis (2007), a agroecologia em áreas urbanas e periurbanas esbarra na ausência de políticas públicas estruturadas, no precário acesso à terra e à assistência técnica especializada, e na invisibilidade institucional. Os autores destacam que “apesar do reconhecimento crescente de sua importância, as práticas agroecológicas urbanas são sistematicamente ignoradas pelos instrumentos de planejamento urbano e pelas legislações de uso e ocupação do solo” (Aquino; Assis, 2007, p. 145). Além disso, a especulação imobiliária e o alto valor fundiário dificultam a permanência e ampliação dessas iniciativas, especialmente em áreas metropolitanas.

Conforme Poulain, “a integração do alimento no circuito mercantil fragiliza as relações comunitárias e reduz o ato de comer a uma transação econômica” (Poulain, 2004, p. 87). Isso se reflete nas periferias urbanas, onde a oferta de alimentos saudáveis e diversificados é limitada e onde surgem as experiências de AUP, que enfrentam dificuldades de se manter justamente pela relação desigual de produção e manutenção da produção, pois essa não encontra forças para e sustentar fora da lógica capitalista.

A partir desse debate, percebe-se que a agroecologia urbana, além de enfrentar os desafios materiais, como acesso à terra e políticas públicas, deve também disputar o imaginário urbano e os sentidos atribuídos ao alimento e à terra na cidade. Costa e Almeida (2012) sugerem que “ao reconfigurar os usos do solo urbano e valorizar saberes populares e coletivos, as hortas e quintais agroecológicos contribuem para uma reapropriação social do território urbano” (Costa; Almeida, 2012, p. 16), inserindo-se no debate mais amplo sobre o direito à cidade e a função social da propriedade.

Diante do exposto, torna-se evidente que a agricultura urbana e periurbana de base agroecológica vai muito além de uma prática alternativa de cultivo, ela desponta como uma estratégia de enfrentamento às contradições estruturais do sistema alimentar contemporâneo, pois articula a produção de alimentos, com questões sociais, de saúde e ambientais. AAUP



agroecológica desafia as estratégias hegemônicas das cadeias agroindustriais e propõe alternativas mais democráticas e sustentáveis de produção de alimentos.

Dessa forma, a análise das experiências agroecológicas urbanas permite compreender não somente suas potencialidades produtivas, mas também seus desdobramentos políticos na luta pelo direito à alimentação e pelo uso da terra.

Assim, a presente investigação busca aprofundar essas discussões e evidenciar como a AUP agroecológica pode contribuir para repensar as relações entre sociedade, natureza e cidade em um cenário marcado por desigualdades e pela fome. Ao longo do trabalho, serão analisadas as possibilidades que emergem dessas práticas, destacando seu papel na promoção da segurança alimentar e na construção de alternativas contra hegemônicas aos modelos dominantes de produção e consumo de alimentos. Desse modo, a introdução abre caminho para uma reflexão mais ampla sobre os desafios e as potencialidades da agroecologia urbana no contexto contemporâneo.

METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido a partir das discussões e reflexões realizadas na disciplina. As análises tiveram como base a revisão bibliográfica de autores que abordam as relações entre alimentação, poder político, segurança alimentar e agroecologia, além da sistematização das contribuições dos participantes ao longo dos encontros apresentados no programa da disciplina bem como de outros estudos que contribuem para a discussão sobre o tema.

A pesquisa qualitativa adotada neste estudo fundamenta-se na construção coletiva do conhecimento, valorizando a interpretação, a subjetividade e a experiência dos participantes. As rodas de discussão configuraram-se como um instrumento central, possibilitando o diálogo crítico e a troca de percepções a partir dos textos selecionados no conteúdo programático da disciplina.

Essa metodologia permitiu que diferentes leituras, vivências e repertórios fossem compartilhados, enriquecendo a compreensão dos temas abordados e favorecendo uma análise mais profunda sobre as dinâmicas do sistema alimentar, a agroecologia e a agricultura urbana. A leitura crítica de obras selecionadas e as discussões em sala de aula foram conduzidas de forma dialógica e participativa, o que possibilitou a construção coletiva de reflexões.

Nesse sentido, a metodologia se apoiou na integração entre teoria e prática, pois muitos dos debates foram ancorados em experiências concretas de agricultura urbana e periurbana,



incluindo exemplos vivenciados por nós, pós-graduandos e os docentes que ministraram a disciplina. A sistematização dessas contribuições ocorreu por meio de registros escritos e sínteses temáticas, permitindo identificar convergências e tensões entre diferentes leituras e interpretações.

A metodologia aqui empregada procurou, portanto, articular o referencial estudado com as experiências vivenciadas pelo participantes da disciplina, considerando suas pesquisas e estudos já realizados. Essa escolha metodológica permitiu a construção de uma análise mais densa e contextualizada, capaz de apontar caminhos e alternativas para a promoção da segurança e soberania alimentar nas cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O alimento, enquanto elemento inter e transdisciplinar, constitui objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, como a Biologia, a Sociologia e a Geografia, considerando as múltiplas dimensões que o atravessam, desde sua função essencial para o desenvolvimento humano até as relações de produção e de poder que se estruturam a partir de sua oferta, circulação e consumo. Ao longo da disciplina Tópicos Especiais: Geografia da Alimentação e Agriculturas, ficou evidente que a alimentação é, sobretudo, uma prática social, cujos hábitos e costumes são construídos historicamente por diferentes povos, variando de acordo com os contextos socioculturais e as transformações no tempo e no espaço.

A partir das discussões realizadas na disciplina, tornou-se evidente que compreender o alimento em suas múltiplas dimensões, implicando considerar não apenas seus aspectos biológicos, mas, sobretudo, as relações sociais, territoriais e históricas que a estruturam.

O alimento é essencial para garantir o funcionamento do corpo humano porque fornece a energia e os nutrientes necessários para que todos os órgãos desempenhem suas funções vitais. É por meio dos nutrientes presentes nos alimentos, tais como carboidratos, proteínas e gorduras que o corpo mantém a temperatura, realiza movimentos, pensa, respira e renova suas células. Além disso, vitaminas, minerais, fibras e água regulam processos internos importantes, fortalecem o sistema imunológico e garantem o equilíbrio do organismo.

Também é por meio da alimentação que o corpo cresce, se desenvolve e se mantém saudável ao longo da vida. Nutrientes como cálcio, ferro, proteínas e antioxidantes contribuem para a formação de ossos e músculos, proteção contra doenças e bom funcionamento do cérebro.



Sorre (2018) acrescenta um novo elemento à discussão sobre o alimento, que é a alimentação como um fenômeno geográfico, integrando fatores biológicos, culturais e econômicos que, somados, configuram regimes alimentares distintos no tempo e no espaço.

A alimentação, inserida em regimes alimentares específicos, é moldada por estruturas geográficas, culturais e econômicas. Tais regimes transformam-se conforme se alteram as relações entre produção, circulação e consumo, o que permite compreender por que a agricultura urbana ganha força em determinados períodos históricos — como em momentos de crise alimentar, escassez de abastecimento ou redefinição das políticas urbanas. A emergência contemporânea da AUP está diretamente associada ao aumento da insegurança alimentar urbana, à crítica ao modelo agroindustrial e ao fortalecimento de movimentos sociais que reivindicam justiça alimentar e territorial.

Como fatores culturais temos a proibição do consumo de certos alimentos de acordo com a religião de determinados povos, como por exemplo os Hindus que não podem consumir carne de vaca, ou a proibição do consumo de carne de porco e bebidas fermentadas pelos muçulmanos Sorre (2018).

Essa abordagem torna possível compreender por que determinadas populações têm acesso a certos alimentos, enquanto outras permanecem limitadas ou excluídas de uma dieta diversificada, processo que se intensifica na contemporaneidade devido às desigualdades socioespaciais e à urbanização acelerada.

No entanto, a partir do momento em que o alimento é transformado em mercadoria, instauram-se contradições profundas no sistema alimentar, produzindo fome, insegurança alimentar e exclusão social. Como bem observa Poulain (2004), “o alimento é, antes de tudo, um objeto social” e, quando subordinado exclusivamente à lógica de mercado, deixa de ser produzido prioritariamente para alimentar as pessoas e passa a atender também aos interesses econômicos e especulativos.

Essa dinâmica mercantil implica que, mesmo havendo disponibilidade de alimentos, parcelas significativas da população permaneçam sem acesso a eles, dada sua incapacidade de adquiri-los segundo as regras impostas pelo mercado capitalista, além de ser ofertada uma série de alimentos que, nem sempre visam o funcionamento do corpo, como alimentos gordurosos, com alta concentração de açúcar ou de sódio, que chamam a atenção das pessoas pelo paladar, mas que podem oferecer riscos à saúde.

Wilkinson (2023) aponta como o processo de financeirização e a crescente concentração das cadeias agroalimentares globais intensificam as desigualdades no acesso aos alimentos e a



subordinação das dinâmicas locais às estratégias dos grandes grupos econômicos, como foi debatido durante a disciplina a utilização do óleo de soja, margarina e cereais devido a influência de grande grupos e empresas transnacionais.

De acordo com Wilkinson (2023) já despontam mudanças no sistema agroalimentar fomentadas pelas pressões da sociedade civil, da comunidade científica, de regulamentações governamentais e de novas empresas na indústria alimentar que propõe uma nova agenda com uma preocupação direcionada para a alimentação saudável, embora ainda exista do outro lado um grupo de empresas com alimento altamente industrializados.

Wilkinson (2023) destaca que o sistema agroalimentar global tem passado por um conjunto de reorganizações que afetam diretamente tanto as formas de produção quanto os hábitos de consumo. A crescente influência de corporações transnacionais, a financeirização das cadeias produtivas e a intensificação da circulação global de mercadorias tendem a homogeneizar dietas e práticas agrícolas, o que fragiliza sistemas tradicionais e produz maior dependência tecnológica e econômica.

No ambiente urbano, esses processos se manifestam no aumento da oferta de alimentos ultraprocessados, na padronização das dietas e na redução de espaços destinados à produção de alimentos frescos.

Nesse cenário, um aspecto crucial para o enfrentamento das desigualdades alimentares é o fortalecimento das políticas públicas. Embora um artigo dedicado exclusivamente à importância dessas políticas para a manutenção das práticas de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) pudesse ser insuficiente para abarcar a totalidade de suas implicações, é fundamental, ao menos, enfatizar a relevância da politização das experiências agroecológicas urbanas e periurbanas.

Tais práticas são estratégicas para a consolidação de novos sentidos sobre a terra e o alimento nas cidades brasileiras, demandando o fortalecimento de movimentos sociais, coletivos e iniciativas populares que reivindiquem o direito à terra, à cidade e à alimentação digna, bem como a construção de redes solidárias e alternativas de produção e abastecimento. Para isso, é imprescindível que essas reivindicações sejam incorporadas nas políticas públicas urbanas e alimentares.

Nesse contexto, a AUP emerge não apenas como prática de resistência à lógica especulativa do solo urbano, mas também como alternativa concreta para a produção de alimentos e para a ressignificação dos espaços urbanos. Ainda que encontre dificuldades para sua consolidação e expansão, seja na forma tradicional, orgânica ou agroecológica, essas



iniciativas compartilham o objetivo de estabelecer sistemas alimentares alternativos, mais próximos dos consumidores e baseados em circuitos curtos de produção e comercialização.

Como destacam Costa e Almeida (2012) e Wilkinson (2023) essa dinâmica permite reduzir custos e ampliar o acesso a alimentos frescos e saudáveis nos centros urbanos, reafirmando a importância desses circuitos curtos e iniciativas locais como formas de resistência e de recomposição das relações sociais e territoriais de produção e consumo alimentar, na contramão da lógica de homogeneização e padronização imposta pelos mercados globais.

A partir desse conjunto de reflexões, torna-se possível estabelecer um paralelo entre as transformações contemporâneas do sistema agroalimentar e a centralidade dos debates sobre Segurança e Soberania Alimentar.

De acordo com Costa (2018) as definições de Soberania e Segurança alimentar envolvem diversas dimensões que precisam ser analisadas em suas particularidades.

As proposições da Soberania Alimentar se inscrevem na ordem da ruptura e na constituição de um outro projeto civilizatório enquanto a Segurança Alimentar e Nutricional tem suas bases na ordem das reformas que modificam as relações sociais de produção nos limites e nos interesses inscritos da ordem do capital. (Costa, 2018, p.43)

A Segurança Alimentar, ao defender o acesso contínuo e digno a alimentos adequados, e a Soberania Alimentar, ao enfatizar o direito dos povos de definirem seus próprios modelos produtivos e alimentares, revelam-se conceitos estruturantes para compreender tanto as contradições quanto as alternativas ao sistema hegemônico.

Nesse sentido, as práticas de Agricultura Urbana e Periurbana, sobretudo quando orientadas pela agroecologia, expressam estratégias de resistência à mercantilização da alimentação e caminhos concretos para fortalecer esse princípio.

Ao promover circuitos curtos de abastecimento, ampliar a autonomia produtiva das comunidades e ressignificar os usos da terra nas cidades, tais iniciativas reforçam a Soberania Alimentar, enquanto sua capacidade de ampliar o acesso a alimentos frescos e saudáveis contribui diretamente para a Segurança Alimentar.

Assim, diante de um sistema agroindustrial financeirizado, concentrado e produtor de desigualdades, as experiências agroecológicas urbanas reafirmam a necessidade de integrar a agenda da alimentação saudável com a luta por justiça social, direito à cidade e democratização dos sistemas alimentares.



A Segurança Alimentar refere-se ao direito de todas as pessoas terem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Esse conceito, amplamente difundido em políticas públicas e organismos internacionais, preocupa-se sobretudo com as condições materiais de acesso ao alimento, tais como renda, abastecimento e disponibilidade (Valente, 2014).

No entanto, apesar de sua relevância, a Segurança Alimentar tende a não questionar estruturalmente os modelos de produção e distribuição dominantes, limitando-se, muitas vezes, a medidas compensatórias que mitigam, mas não superam, as desigualdades geradas pelo sistema agroalimentar capitalista.

Por outro lado, a Soberania Alimentar amplia esse debate ao reivindicar o direito dos povos de controlar seus próprios sistemas alimentares, definindo o que produzir, como produzir e para quem produzir. Trata-se de um conceito político, formulado por movimentos sociais como a Via Campesina, que denuncia a dependência criada pelos mercados globais e a concentração das cadeias agroalimentares (Costa, 2018).

Ao defender a autonomia produtiva dos territórios, a Soberania Alimentar desloca o foco do acesso para o poder, evidenciando que a fome e a insegurança não são resultados da falta de alimentos, mas da desigual distribuição de recursos, terra, conhecimento e meios de produção.

Quando articulamos esses conceitos à Agricultura Urbana e Periurbana, observa-se que a AUP contribui de maneira diferenciada para cada um deles. No âmbito da Segurança Alimentar, a AUP fortalece o acesso direto a alimentos frescos, reduz custos de aquisição, amplia a oferta de produtos saudáveis e diversifica a dieta das populações urbanas, especialmente em territórios periféricos.

Além disso, sua presença em centros urbanos reduz a distância entre produção e consumo, fortalecendo circuitos curtos e diminuindo a dependência do abastecimento industrializado. Por essas razões, inúmeros estudos apontam a agricultura urbana como ferramenta estratégica para o combate à insegurança alimentar.

Já no que se refere à Soberania Alimentar, a AUP, sobretudo quando orientada pelos princípios da agroecologia, assume um papel ainda mais profundo. Isso porque, ao valorizar saberes locais, promover autogestão comunitária, incentivar a participação popular e recuperar territórios oprimidos pela especulação imobiliária, a AUP agroecológica se torna um instrumento de autonomia urbana.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A AUP agroecológica permite que grupos sociais decidam coletivamente sobre os usos da terra, sobre o que plantar e como plantar, construindo sistemas alimentares baseados em solidariedade, diversidade e respeito aos ecossistemas. Dessa forma, a AUP agroecológica rompe parcialmente com a lógica mercantil e insere no debate urbano práticas de resistência política, territorial e cultural.

A agroecologia, nesse contexto, converte-se na base que articula Segurança e Soberania Alimentar. Ao promover sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis, livres de agrotóxicos e integrados às dinâmicas sociais locais, a agroecologia fortalece tanto o acesso a alimentos nutritivos quanto a autonomia das comunidades sobre seus modos de produzir e consumir. Ela desafia o modelo agroindustrial concentrado e financeirizado, apontado por Wilkinson (2023), e propõe uma reorganização territorial que recoloca o alimento em seu caráter social, cultural e ambiental. Assim, a AUP de base agroecológica se configura como caminho concreto para superar desigualdades socioespaciais, fortalecer a democracia alimentar e reconstituir vínculos entre alimento, território e cidadania.

A partir dessas reflexões, torna-se evidente que pensar o alimento em sua totalidade exige ultrapassar a visão biologizante e compreender suas imbricações com as estruturas sociais, políticas e territoriais. A análise realizada ao longo do trabalho mostrou que a mercantilização dos alimentos não apenas desorganiza as relações comunitárias e fragiliza os vínculos tradicionais entre produtores e consumidores, mas também intensifica desigualdades que se manifestam no acesso, na qualidade e na disponibilidade dos alimentos.

Nesse sentido, os conceitos de Segurança e Soberania Alimentar emergem como ferramentas fundamentais para compreender e enfrentar as contradições do sistema alimentar contemporâneo, evidenciando que a fome é mais uma expressão de injustiça social do que de escassez material.

Ao articular esses conceitos às práticas da Agricultura Urbana e Periurbana, especialmente quando orientadas pela agroecologia, observa-se que tais iniciativas oferecem caminhos concretos de transformação no interior das cidades. A AUP agroecológica demonstra que é possível produzir alimentos saudáveis, fortalecer vínculos comunitários, recuperar territórios degradados e construir formas alternativas de abastecimento que rompem, ao menos parcialmente, com a lógica centralizadora dos mercados globalizados. Mais do que isso, essas práticas ressignificam o espaço urbano ao proporem usos da terra que se voltam para o bem comum, a justiça social e a democratização do território.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Assim, a discussão apresentada ao longo do texto evidencia que a integração entre alimentação, território e política é inseparável. A AUP e a agroecologia constituem não apenas estratégias produtivas, mas também movimentos de resistência e afirmação da soberania dos povos sobre seus sistemas alimentares. Ao promover circuitos curtos, valorizar saberes locais e ampliar a autonomia das comunidades, essas iniciativas contribuem simultaneamente para a Segurança Alimentar, ao garantir acesso a alimentos frescos e nutritivos; e para a Soberania Alimentar, ao afirmar o direito de decidir coletivamente sobre o próprio modelo de produção e consumo.

Dessa maneira, a discussão desenvolvida até aqui abre caminho para compreender a urgência de políticas públicas estruturantes que reconheçam a importância da AUP e da agroecologia nas cidades brasileiras. Ao mesmo tempo, revela o papel central da sociedade civil, dos movimentos sociais e das comunidades urbanas na construção de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e democráticos. É exatamente nessa articulação entre prática, território e política que reside o potencial transformador das agriculturas urbanas e periurbanas de base agroecológica, cuja análise fundamentará as considerações finais deste trabalho.

Diante disso, reconhece-se a importância de se avançar tanto na construção de políticas públicas estruturantes quanto no fortalecimento das redes de solidariedade e resistência que sustentam as práticas agroecológicas urbanas e periurbanas. Essas iniciativas não apenas enfrentam a precariedade alimentar nas cidades, mas também disputam a configuração socioespacial urbana, propondo novos usos e sentidos para a terra, o alimento e os territórios metropolitanos.

A ampliação do debate sobre Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), especialmente de base agroecológica, exige observar como tais práticas vêm sendo discutidas na literatura contemporânea e como se articulam às transformações recentes do sistema agroalimentar. Embora a disciplina tenha abordado intensamente esses aspectos, é fundamental aprofundar a compreensão dos processos que condicionam a emergência, a consolidação e a permanência dessas iniciativas nas cidades brasileiras.

A AUP agroecológica constitui um contraponto, pois resgata a diversidade de saberes, cultivos e práticas socioterritoriais que se contrapõem à lógica concentradora do agronegócio. Costa e Almeida (2012) reforçam que a agricultura urbana deve ser compreendida como prática espacial, marcada por conflitos e disputas territoriais que envolvem questões de uso e ocupação do solo, valorização fundiária e direito à cidade. Desse modo, sua consolidação depende diretamente de como a sociedade urbana interpreta e legitima o uso da terra para fins produtivos,



rompendo com a ideia de que o espaço urbano deve ser exclusivamente destinado às atividades de mercado e ao adensamento construtivo.

Um elemento fundamental que precisa ser aprofundado diz respeito à dimensão política da agricultura urbana e da agroecologia. Não se trata apenas de produzir alimentos, mas de disputar projetos de sociedade, de cidade e de futuro. A agroecologia, enquanto ciência, movimento e prática, articula valores como solidariedade, equidade, diversidade e autonomia, contrapondo-se às estruturas que concentram poder nas cadeias agroalimentares.

Aquino e Assis (2007) destacam que, mesmo em ambientes urbanos, a agroecologia enfrenta limites estruturais decorrentes da ausência de políticas públicas e da falta de reconhecimento institucional. Entretanto, a intensificação das crises ecológicas, climáticas e sociais tem ampliado a compreensão de que modelos descentralizados de produção de alimentos são parte essencial de cidades sustentáveis e resilientes.

Mais do que isso, a AUP agroecológica atua como ferramenta de resistência política ao mercantilismo alimentário. As trocas solidárias, a gestão comunitária de hortas, os quintais produtivos, os territórios de partilha e as feiras de base agroecológica constituem práticas que ressignificam as relações sociais urbanas e fortalecem os vínculos comunitários.

Para finalizar, outro aspecto relevante refere-se à relação entre AUP e justiça socioespacial. As cidades brasileiras, marcadas por profundas desigualdades, apresentam periferias com acesso limitado a alimentos frescos e saudáveis, configurando verdadeiros desertos alimentares. Esses espaços, que concentram populações vulnerabilizadas, são palco de experiências significativas de agricultura urbana.

A agroecologia, quando aplicada nesses territórios, potencializa práticas de cuidado coletivo, reciclagem de resíduos urbanos, manejo sustentável e autonomia comunitária. Costa e Almeida (2012) afirmam que essa ressignificação dos espaços urbanos periféricos fortalece o direito à cidade, redistribui poderes e democratiza o acesso à terra, ainda que temporariamente. Contudo, permanece o desafio de garantir a continuidade desses projetos diante da instabilidade fundiária e da pressão do mercado imobiliário.

Neste sentido, para consolidar a AUP como estratégia de soberania e segurança alimentar, é imprescindível avançar no debate sobre políticas públicas. Maluf e Reis (2013) e Valente (2014) apontam que a institucionalização das ações relacionadas à alimentação deve estar integrada a políticas urbanas, ambientais e territoriais. Entretanto, a experiência brasileira demonstra que a agricultura urbana ainda é marginalizada nos instrumentos de planejamento, como Planos Diretores, Leis de Uso e Ocupação do Solo e políticas habitacionais.



A incorporação da agroecologia no planejamento urbano demanda revisão crítica da função social da propriedade e da forma como os espaços ociosos são geridos. Além disso, exige ações intersetoriais, envolvendo saúde, educação, assistência social, meio ambiente e desenvolvimento urbano, para reconhecer a AUP como serviço essencial à cidade.

Experiências recentes em municípios como Belo Horizonte, Curitiba e Recife evidenciam que políticas de incentivo à AUP podem gerar impactos relevantes no abastecimento local e na melhoria da qualidade de vida. No entanto, tais políticas precisam ser contínuas, estruturadas e dotadas de recursos, evitando a descontinuidade institucional que marca grande parte das iniciativas urbanas.

Por fim, as mudanças climáticas e as crises sanitárias recentes reforçam a importância de sistemas alimentares descentralizados. Eventos como pandemias, enchentes e interrupções nas cadeias logísticas demonstram a vulnerabilidade das cidades altamente dependentes de abastecimento externo.

Esses aspectos demonstram que a discussão sobre agricultura urbana não é apenas social ou econômica, mas também ambiental, climática e sanitária. Inserir a agroecologia nas políticas de adaptação climática e no planejamento sustentável das cidades é hoje uma urgência reconhecida por pesquisadores, movimentos sociais e organismos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada reafirma a centralidade do alimento enquanto elemento vital e profundamente político, situado no cruzamento entre as dinâmicas econômicas, culturais, sociais e ambientais. Ao discutir a mercantilização dos alimentos e seus desdobramentos sobre a fome e as desigualdades socioespaciais, evidenciou-se como o atual sistema alimentar, estruturado pela lógica capitalista, é incapaz de garantir o acesso universal e democrático a uma alimentação adequada.

A proposta desse trabalho era trazer as reflexões realizadas ao longo da disciplina ofertada no doutorado, conforme mencionado na introdução, que envolvia a produção de alimentos. Direcionando para as práticas, os desafios e as potencialidades da agroecologia e trazer para o universo da minha pesquisa, que é a AUP.

Nesse cenário, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), especialmente de base agroecológica, apresenta-se como uma alternativa estratégica para a produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis. Mais do que uma atividade produtiva, a AUP é também uma



prática social e política, que tensiona os modelos hegemônicos de uso e apropriação do solo urbano e propõe novas relações entre sociedade, natureza e território.

As experiências analisadas apontam para o potencial das práticas agroecológicas de contribuir para a segurança e a soberania alimentar, sobretudo ao aproximar produtores e consumidores por meio de circuitos curtos de produção e comercialização, valorizando saberes locais e promovendo a reapropriação social dos espaços urbanos. No entanto, os desafios permanecem expressivos, passando pelo precário acesso à terra, pela ausência de políticas públicas efetivas, pela invisibilidade institucional e pelas barreiras simbólicas que associam o urbano à exclusividade do mercado e da especulação imobiliária.

A discussão desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia a complexidade dos elementos que estruturam a sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito ao alimento, aos modos de produção e ao papel do Estado na regulação e promoção de políticas públicas. Esses aspectos se articulam diretamente à organização dos espaços urbano e rural, revelando tensões, desigualdades e disputas que marcam o sistema alimentar atual.

Ressaltando a adoção de práticas de produção de alimentos que buscam minimizar os impactos ambientais e ressignificar as relações de trabalho e de uso da terra. Tais práticas, ancoradas em princípios agroecológicos, representam alternativas aos modelos hegemônicos de produção e contribuem para reconstruir vínculos mais equilibrados entre sociedade e natureza.

É possível destacar a importância do debate acadêmico na problematização dessas dinâmicas, contribuindo para a formulação de estratégias que articulem produção de conhecimento, ação política e transformação social. As práticas agroecológicas urbanas e periurbanas, ainda que inseridas em contextos adversos, demonstram que é possível tensionar a lógica capitalista de produção e construir cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura urbana e periurbana, Políticas públicas, Alimento.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Adriana Maria; ASSIS, Renato Linhares. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na Agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Agricultura Urbana: possibilidade de uma práxis espacial? *Caderno de Estudos Culturais*, v. 4, n. 8, p. 1-21, 2012.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

COSTA, J. G. da. Soberania Alimentar: dimensões material, prático-política, utópica e contraposição à [des]ordem do Sistema Agroalimentar. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LEITÃO, Ana Letícia Espolador. O lugar do alimento no pensamento geográfico: uma análise a partir de Max Sorre e Josué de Castro. 2021. 300f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

MALUF, Renato; REIS, Marcio Carneiro. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. In. ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (org.). Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013, p. 43-68.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. Revista de Agricultura Urbana, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU1/AU1conceito.html>. Acesso em 30 mar. 2025.

POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

POULAIN, Jean-Pierre. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. Revista de Nutrição. 2013, 16(3), p.245-256.

ROSA, Audrey Ferreira. As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Presidente Prudente/SP. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

SORRE, Maximilien. Geografia dos regimes alimentares (Géographie des Régimes Alimentaires). Geografares, Vitória, n. 25, p.21-59, 2018. [Tradução e notas feitas por Ana Letícia Espolador Leitão e José Carlos Braz Machado].

VALENTE, Mariana. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. São Paulo: Cortez, 2014.

WILKINSON, Jhon. O mundo dos alimentos em transformação. Curitiba: Appris, 2023.